

Janeiro / Fevereiro

160|2024

www.ammp.org.br

AMMP NOTÍCIAS



DIRETORIA, CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL DA AMMP SÃO EMPOSSADOS EM SOLENIDADE

DESTAQUES

DIRETORIA, CONSELHO DELIBERATIVO
E CONSELHO FISCAL DA AMMP SÃO
EMPOSSADOS EM SOLENIDADE

P.11

RELATÓRIO DO PL SOBRE ATIVIDADE DE
RISCO DO MEMBRO DO MP ESTÁ PRONTO
PARA VOTAÇÃO NA CCJ

P.5

JOAQUIM CABRAL NETTO É HOMENAGEADO
DURANTE COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS DA
BIBLIOTECA DO MPMG

P.9



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

1º vice-presidente:

Luz Maria Romanelli de Castro

2º vice-presidente:

Fábricio Marques Ferragini

3º vice-presidente:

Francisco Chaves Generoso

4º vice-presidente:

Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo

1ª Diretora Administrativa

Fernanda de Paula Silva

2ª Diretora Administrativa

Fernanda Caram Monteiro

1ª Diretora Financeira

Júnia Barroso Oliveira Balsamão

2º Diretor Financeiro

José Silvério Perdigão de Oliveira

Conselho Deliberativo | Capital

Iraídes de Oliveira Marques

Josélia de Almeida Santos

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

Marcos Viola de Carvalho

Patrícia Ribeiro de Oliveira

Paulo Roberto Moreira Cançado

Reyvani Jabour Ribeiro

Conselho Deliberativo | Interior

Calixto Oliveira Souza

Ellen de Souza Faleiro

Fábio Soares Guimarães Filho

Fernando de Abreu Mendes

Hélio Pedro Soares

Samuel Saraiva Cavalcante

Wagner Marteleto Filho

Conselho Fiscal

Antônio José Leal

Daniza Maria Haye Blazevic

Epaminondas da Costa

Flavia Mussi Bueno do Couto

João Paulo Fernandes

Júlia Matos Frossard Naves

Sumário

● Editorial	3
● Defesa da Classe	4
● Em dia	6
● Capa	11
● Homenagem	16
● Artigo	19
● Comunicação	21
● Turismo	24
● AMMP Saúde	25

Jornalista

Pedro Barros

0023164/MG

Design e Diagramação

Marcus Vieira

Tiragem

550 Exemplares

Rua Timbiras, 2.928

Barro Preto

30140-062

Belo Horizonte/MG

ammp@ammp.org.br

www.ammp.org.br

Caros(as) associados(as),

É com grande satisfação que inauguramos o ano de 2024 com a primeira edição do AMMP Notícias, agora reformulado e com um novo projeto gráfico. Este formato reflete nosso compromisso contínuo em aprimorar a comunicação com associados(as) e mantê-los informados sobre as questões mais relevantes para a classe.

Destaca-se a posse da nova Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da AMMP, que marca o início de novos desafios.

Na "Defesa da Classe", a Associação segue empenhada em consolidar laços institucionais e fortalecer a atuação do Ministério Público, em Minas Gerais e também no cenário nacional. Neste início de ano, destacam-se o avanço da PEC 10/2023 no Senado e interposição de embargos de declaração na ADI 6305 pela CONAMP.

Para esta edição, entrevistamos o Promotor de Justiça recém-aposentado e renomado especialista em Direito Eleitoral, Edson de Resende Castro. Sua visão proporciona uma perspectiva valiosa sobre os desafios e avanços dentro do Ministério Público de Minas Gerais.

Passados cinco anos da tragédia em Brumadinho, o artigo da Promotora de Justiça Ludmila Costa Reis traz à luz questões cruciais que cercam o acontecimento e instiga reflexão sobre a relevância do Ministério Público na busca por justiça e reparação em situações tão impactantes.

Além disso, a Dra. Núbia Loureiro, médica auditora da AMMP Saúde, alerta para a crescente incidência de casos de dengue e destaca a importância dos cuidados preventivos.

Que este ano seja marcado por novas conquistas, desafios superados e a contínua busca pela excelência em nossa atuação.

Desejamos a todos uma excelente leitura e um ano repleto de realizações!

Cordialmente,
Diretoria da AMMP.

Contribuição Previdenciária

No dia 22 de janeiro, foi encaminhado ofício à Procuradoria-Geral de Justiça, requerendo que, em todos os expedientes em que decisão administrativa já tenha reconhecido a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física, face à existência da doença incapacitante

prevista no rol das elencadas na legislação estadual, seja proferida decisão administrativa reconhecendo a imunidade tributária da contribuição previdenciária, com efeitos válidos a partir do reconhecimento da doença incapacitante, conforme estabelece o §2º do art. 3º da Lei Complementar Estadual 173/23 e nos termos do § 19 do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Diante da fixação do tema 317, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu teses de repercussão geral e assentou entendimento de que o referido benefício dependia de lei específica para sua aplicação. No âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, os expedientes em andamento ficaram sobrestados para a aplicação da norma até edição de lei pelo Estado de Minas Gerais. Em 30 de dezembro de 2023, foi publicada a LC 173, regulamentando o §19 do art. 36 da Constituição do Estado que dispõe sobre a imunidade tributária da contribuição previdenciária em razão de doença incapacitante, no âmbito do regime próprio de previdência social.

CONAMP interpõe embargos de declaração na ADI 6305 Juiz de Garantias

Em fevereiro do corrente ano, a CONAMP opôs embargos de declaração relativos ao acórdão proferido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6305.

A ação questiona a lei que institui o Juiz de Garantias, mais especificamente os artigos 3º-A, 3º-B (incisos IV, VIII, IX, X e XI, alíneas 'd' e 'e'), parágrafo único do artigo 3º-D, todas as constantes do artigo 3º da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 e, também, os artigos 28 e 28-A, incisos III e IV, e parágrafos 5º, 7º e 8º, e o parágrafo 4º do art. 310 do Código de Processo Penal, incluído pela mesma Lei.

O ingresso da ADI foi necessário para garantir a preservação do sistema acusatório, em sua forma plena. As alterações acima destacadas ofendem, flagrantemente, os artigos 5º, inciso LXI, 125, 127 e 129, todos da Constituição Federal, bem como o sistema acusatório, a autonomia do Ministério Público e os princípios da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade.

A ADI em comento foi julgada parcialmente procedente, e o acórdão foi publicado no dia 19 de dezembro de 2023. Os embargos declaratórios foram opostos pela CONAMP com o objetivo de sanar a omissão e as contradições apontadas, além da necessidade de esclarecimento de dúvida levantada.

**Confira no QR Code
abaixo os embargos de
declaração:**



PL 4015/2023 – Atividade de Risco do Membro do MP

No dia 27 de fevereiro, foi apresentado o relatório com voto favorável ao PL 4015/2023, pelo relator Senador Weverton. De iniciativa do Deputado Federal Roman, o projeto de lei reconhece "como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garante aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudesce o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição".

Com o objetivo de discutir o assunto, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, participou, no dia 06 de fevereiro, de reunião com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Senador Davi Alcolumbre, ao lado de membros da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). No momento, a matéria está pronta para a pauta na Comissão.

Valorização do Tempo da Magistratura e do Ministério Público

A PEC nº 10/2023, que versa sobre a Valorização do Tempo da Magistratura e do Ministério Público, avançou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal. O parecer favorável foi elaborado pelo relator Eduardo Gomes, e foi concedida uma vista coletiva ao substitutivo.

Além disso, foi acatada e incluída no substitutivo a Emenda 19, proposta pelo Senador Mecias de Jesus, que reconhece explicitamente a natureza compensatória da parcela de valorização. A medida foi estendida ainda aos aposentados e pensionistas, independentemente de seus regimes previdenciários.

O presidente Rodrigo Pacheco anunciou, em fala no Plenário do Senado Federal, em fevereiro, sua intenção de votar a PEC 10/2023.

A CONAMP, a AMMP e outras entidades afiliadas seguem acompanhando outras pautas importantes em Brasília, como o PL nº 755/2019 – que diz da defesa das prerrogativas dos membros do MP; o PL nº 1.562/2023 – que institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento da Criança e do Adolescente; os PLs nº 9.994/2018 e nº 5.619/2020 – que alteram o ECA, para atribuir à Defensoria Pública a fiscalização de entidades e para estabelecer medidas que assegurem os direitos de crianças e adolescentes durante a representação processual; o PL nº 2446/2023 – que revoga a oitiva do MP em apuração de atos infracionais e altera o interrogatório de adolescentes; o PL nº 3.555/2023 – que dispõe sobre atribuições da Defensoria Pública; a PEC 162/2019 – que trata da permuta nacional entre integrantes do Judiciário, extensivo aos membros do MP; a Resolução 244 do CNMP sobre merecimento; e a Resolução 487/2023 do CNJ – que institui a Política Antimanicomial no Judiciário.

A BIBLIOTECA DA AMMP POSSUI UMA EXTENSA BASE DE CONTEÚDOS BIBLIOGRÁFICOS

Biblioteca
OBRAS DE MEMBROS DO MP

 BIBLIOTECA DIGITAL - LEXEDITORIA

 ACERVO - BIBLIOTECA AMMP

CONFIRA O ACERVO EM:
AMMP.ORG.BR/BIBLIOTECA

AMMP sedia reunião com PGJ e Associados(as) aposentados(as), pensionistas e herdeiros(as)

No dia 17 de janeiro, aposentados(as), pensionistas e herdeiros(as) foram recebidos pela Diretoria da AMMP para reunião com o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior. Na ocasião, foram tratados assuntos institucionais de interesse da classe.

A mesa foi composta pelo PGJ, pela Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, Carlos André Mariani Bittencourt, pela Diretora-Geral do Ministério Público, Clarissa Duarte Belloni, e pelo 2º Vice-Presidente da AMMP, Fabrício Marques Ferragini.



Diretoria da AMMP prestigia posse da AMPEM



No dia 18 de janeiro, em São Luís (MA), ocorreu a Sessão Solene de Posse da Diretoria Executiva, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal da Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPEM), eleitos(as) para o biênio 2024/2025. Na oportunidade, o 2º Diretor Financeiro da AMMP e Presidente do Conselho Fiscal da CONAMP, José Silvério Perdigão, prestigiou a solenidade.

Na Foto, da esquerda para direita: o Presidente da AESMP, Leonardo Augusto de Andrade Cezar dos Santos, o Presidente da APMP, Paulo Penteado, o Presidente eleito da AMPEM, Carlos Augusto Soares, o atual 1º Vice-Presidente e Presidente eleito da CONAMP, Tarcísio Bonfim, o Presidente da AMPEB, Marcelo Moreira Miranda, e o 2º Diretor Financeiro da AMMP, José Silvério Perdigão.

Ação do Caoma entrega novas viaturas para a Polícia Militar de Meio Ambiente



No dia 23 de janeiro, no Museu de Arte da Pampulha, Foi realizada a solenidade de entrega de viaturas, destinadas à fiscalização ambiental do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais, uma ação do Ministério Público de Minas Gerais, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (Caoma).

Na foto, da esquerda para direita: o Comandante-Geral da PMMG, Coronel Rodrigo Piassi do Nascimento, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Marília Carvalho de Melo, o Procurador-Geral de Justiça do MPMG, Jarbas Soares Júnior, o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, o Subcorregedor-Geral do MPMG, Mário Drummond da Rocha, o Subouvidor do MPMG, Rolando Carabolante, o Coordenador do Comitê de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Paulo Maurício Ribeiro Pires, e o Coordenador do Caoma, Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

AMMP prestigia homenagem a Francisco José Lins do Rego Santos



A AMMP participou da cerimônia de homenagem a Francisco José Lins do Rego Santos, realizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, em 24 de janeiro. A solenidade presta homenagem póstuma e mantém viva a memória do Promotor de Justiça do MPMG, assassinado no dia 25 de janeiro de 2002, em função de sua atuação no combate à adulteração de combustíveis e à sonegação fiscal.

O tributo ocorreu no Parque Ecológico Francisco Lins do Rego, com a presença de Juliana Ferreira Lins do Rego Santos e seus dois filhos, Júlia e Gustavo, do Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, do Subcorregedor-Geral do MPMG, Mauro Flávio Ferreira Brandão, da Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral e do Ouvidor em exercício do MPMG, Rolando Carabolante.

CSMP realiza 1ª Sessão de 2024



No dia 30 de janeiro, o Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais (CSMP) reuniu-se no Salão Azul para a 1ª Sessão de 2024. A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, acompanhou os temas de interesse da classe pautados na reunião.

Na foto, a Presidente da AMMP, os(as) Procuradores(as) de Justiça e integrantes do CSMP, José Silvério Perdigão, Adélia Lage de Oliveira, Ana Luiza de Abreu Moreira, Geraldo Ferreira da Silva, Valéria Dupin Lustosa e Valma Leite da Cunha, e as Promotoras de Justiça do MPMG Maria Clara da Costa Pinheiro de Azevedo e Maria Constância Martins da Costa Alvim.

MPMG inaugura nova sede em Curvelo

Foi inaugurada em Curvelo (MG), no dia 01 de fevereiro, a nova sede das Promotorias de Justiça da comarca.



O evento contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, da 1ª Diretora Administrativa da AMMP e Promotora Titular da comarca, Fernanda de Paula Silva, do Corregedor-Geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida, e dos Promotores(as) de Justiça Marcelo Mata Machado Leite Pereira, Rodrigo Augusto Fragas de Almeida, Sérgio Álvares Contagem, Valéria Fernandes Andrade, e do Promotor aposentado Cláudio de Paula Costa, que foi homenageado na ocasião.



CONSÓRCIO DO SICOOB

*Tem plano para tudo,
realização para todos.*

Faça uma simulação pelo App Sicoob ou procure sua cooperativa.

SICOOB JUS-MP

Joaquim Cabral Netto é homenageado pelo MPMG

Iniciando as comemorações dos 50 anos da biblioteca do MPMG, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (CEAF) homenageou o Procurador de Justiça aposentado, ex-Presidente da AMMP e da CONAMP e ex-Corregedor-Geral do MPMG, Joaquim Cabral Netto.

Como parte da comemoração, as principais obras do homenageado ficaram expostas na Biblioteca do MPMG durante o mês de fevereiro. Além disso, foi descerrada uma placa em reconhecimento à sua contribuição institucional à Biblioteca e ao Memorial do MPMG.

Durante o evento, o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, destacou o sentimento de respeito, admiração e gratidão que toda a instituição tem por Joaquim Cabral Netto.

Para o PGJ, sua história será "uma lâmpada nas nossas noites mais sombrias para iluminar nosso caminho com confiança e esperança. Nós, da atual geração, temos a responsabilidade de fazer as coisas com a mesma paixão que a sua geração teve e entender que o Ministério Público não é apenas um emprego, mas a causa das nossas vidas".



Diretoria participa de Reunião Ordinária da CONAMP

No dia 06 de fevereiro, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), em Brasília/DF, ocorreu a XX Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP – biênio 2022/2024. A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, participou da sessão, em que foram discutidos temas de interesse do Ministério Público.



Confira fotos do Encontro de Aposentados(as) e Pensionistas

Com tema de carnaval, a AMMP promoveu seu primeiro Encontro de Aposentados(as) e Pensionistas de 2024. Veja algumas fotos do evento, realizado no dia 06 de fevereiro:



Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da AMMP são empossados em Solenidade

Em 01 de fevereiro, no auditório da sede da Associação Mineira do Ministério Público, foi realizada a cerimônia de posse dos membros eleitos para o biênio 2024/2026 da Diretoria, do Conselho Deliberativo, da Capital e do Interior, e do Conselho Fiscal da AMMP.

Os presentes prestigiaram os discursos proferidos pelo ex-Presidente da AMMP, Epaminondas Fulgêncio Neto, pelo Diretor Regional Sudeste da CONAMP e Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Henrique da Cruz Viana, que representou a CONAMP, pelo Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior e pela Presidente eleita, Larissa Rodrigues Amaral.

Ao oferecer suas saudações aos membros eleitos da Diretoria e dos Conselhos da AMMP, Epaminondas Fulgêncio destaca um cenário desafiador que há de ser enfrentado pelo Ministério Público. "É chegado o momento de uma vez mais se portar o Ministério Público nascido dentro da entidade de classe. É preciso um Ministério Público que consiga deter o 'não-Estado'. E neste momento de profunda reflexão institucional, é um conforto, Dra. Larissa, ter Vossa Excelência à frente da nossa Associação", conclui.

O Presidente da AMPERJ, Cláudio Viana, por sua vez ressalta: "não tenho dúvida em afirmar que esta casa está construída sobre a rocha. O Ministério Público brasileiro e notadamente o Ministério Público de Minas Gerais e esta Associação foram e continuam sendo construídos sobre a rocha [...] Essa rocha que faz o Ministério Público ser o que é são os homens e mulheres que – permitam-me a figura de linguagem – são as pedras vivas que alicerçam e fazem parte dessa construção [...] Senhora Presidente, é com profundo respeito e gratidão que, em nome da CONAMP, expresso minha admiração pelo seu comprometimento, dedicação e liderança exemplar à frente desta nobre Associação e junto à CONAMP também. Somos testemunhas de que o seu dedicado serviço tem fortalecido não apenas o Ministério Público, mas toda a comunidade jurídica, promovendo valores essenciais e consolidando o papel vital de nossa instituição."

Em sua fala, o Procurador-Geral de Justiça Jarbas Soares Júnior, exalta a pluralidade dentro da Associação e em posições de liderança. "Em uma era de extremos, permeada por desafios complexos, mais do que nunca a liderança é conquistada a cada dia, a cada ação concreta. Presto minhas sinceras homenagens, especialmente à presença feminina, nesta diretoria e na gestão anterior, depois de 70 anos da fundação da nossa entidade. O que é um reflexo do avanço cultural que estamos vivenciando juntos hoje [...] Ao enaltecer a presença feminina na direção também é necessário reconhecer que a diversidade há de ser um ativo valoroso das instituições, pois sem ela voltaremos ao obscurantismo."

Em momento emocionante, a Presidente eleita, Larissa Rodrigues Amaral, recebeu flores e foi empossada, em cumprimento ao Estatuto da Entidade, pela Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, ao som da música Das Rosas – composta por Dorival Caymi, em 1964.

Em seu pronunciamento, a Presidente saudou e agradeceu a presença dos convidados, distinguiu os membros de sua Diretoria e Conselhos, e reiterou seu comprometimento em dialogar com a sociedade. "Reafirmamos, juntos, o compromisso quanto ao imprescindível diálogo com a Administração Superior, Casa Correcional, Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, iniciativa privada, sociedade civil, imprensa e demais Instituições, propondo, ao fim e ao cabo, para o presente e futuro, soluções para os simples e difíceis, graves e

complexos problemas que se nos revelarem."

Também compareceram ao evento os presidentes das entidades de classe do Ministério Público dos Estados do Ceará, Herbet Gonçalves Santos, do Espírito Santo, Leonardo Augusto de Andrade Cesar dos Santos, do Rio Grande do Norte, Juliana Limeira Teixeira, e a Vice-Presidente da Associação do Estado da Bahia, Solange Anatólio do Espírito Santo; além de diversas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; ex-presidentes da AMMP; Procuradores e Promotores, da ativa e aposentados; pensionistas e familiares dos empossados.

Ao final de uma solenidade prestigiada, bonita e emocionante, a Associação celebrou a posse de sua Diretoria e Conselhos, juntamente com seus convidados, em coquetel com música ao vivo, no salão de eventos de sua sede.

Confira as fotos do evento:

Compuseram a mesa solene a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, o Procurador-Geral de Justiça do MPMG, Jarbas Soares Júnior, o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Henrique da Cruz Viana, representando a CONAMP, o Desembargador Enéias Xavier Gomes, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, José Arthur de Carvalho Pereira Filho, o 1º secretário da Assembleia Legislativa, Deputado Antônio Carlos Arantes, o Desembargador Júlio César Lorens, o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Gilberto Pinto Monteiro Diniz, a Defensora Pública-Geral de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e a Vice-Presidente da Amagis, Rosimere das Graças do Couto.



Fotos Solenidade de Posse





Em janeiro, a Diretoria assumiu suas funções administrativas



No dia 02 de janeiro, na sede da Associação, a Diretoria e os Conselhos assumiram suas funções administrativas.

Na Diretoria, tomaram posse a Presidente, Larissa Rodrigues Amaral, a 1ª Vice-Presidente, Luz Maria Romanelli de Castro, o 2º Vice-Presidente, Fabrício Marques Ferragini, o 3º Vice-Presidente, Francisco Chaves Generoso, o 4º Vice-Presidente, Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo, a 1ª Diretora Administrativa, Fernanda de Paula Silva, a 2ª Diretora Administrativa, Fernanda Caram Monteiro, a 1ª Diretora Financeira, Júnia Barroso Oliveira Balsamão e o 2º Diretor Financeiro, José Silvério Perdigão de Oliveira.

No Conselho Deliberativo da Capital, Iraídes de Oliveira Marques, Josélia de Almeida Santos, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Marcos Viola de Carvalho, Patrícia Ribeiro de Oliveira, Paulo Roberto Moreira Cançado e Reivany Jabour Ribeiro.

No Conselho Deliberativo do Interior, Calixto Oliveira Souza, Ellen de Souza Faleiro, Fábio Soares Guimarães Filho, Fernando de Abreu Mendes, Hélio Pedro Soares, Samuel Saraiva Cavalcante e Wagner Marteleto Filho.

No Conselho Fiscal, Antônio José Leal, Daniza Maria Haye Biazovic, Epaminondas da Costa, Flávia Mussi Bueno do Couto, João Paulo Fernandes e Júlia Matos Frossard.



Edson de Resende Castro: Uma Vida Dedicada ao Direito Eleitoral e à Preservação da Democracia

Edson de Resende Castro é autor do livro "Curso de Direito Eleitoral", coautor e coordenador do livro "Lei da Ficha Limpa", coautor dos livros "Manual de Atuação Funcional do Ministério Público de Minas Gerais" e "A Nova Campanha Eleitoral". Também foi Professor de Direito Eleitoral no Curso de Formação de Promotores de Justiça do MPMG e lecionou programas de pós-graduação em Direito Eleitoral em diversos Estados.

Após 32 anos atuando como Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Edson de Resende Castro aposentou-se em janeiro deste ano, com um trabalho memorável e impactante dentro da Instituição. Nesta edição do AMMP Notícias, ele reflete sobre sua carreira, conta os maiores desafios ao coordenar a área eleitoral do MPMG e revela qual legado gostaria de deixar aos(as) novos(as) Promotores(as).

Nascido em Carmo da Mata em 1966, o Promotor se tornou referência no Direito Eleitoral. Membro auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especialista em Ciências Jurídicas, Foi Presidente do Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais (GNACE) e atuou como Coordenador Eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais por mais de 20 anos.

Como tem início sua trajetória no MPMG? Sempre foi um desejo ingressar na carreira?

Fiz o meu curso de Direito trabalhando no Fórum de Oliveira, como escrevente judicial, quando tive oportunidade de ver atuando grandes Promotores de Justiça, como o Dr. Messias, o Dr. Rosalvo, o Dr. Areslan e o Dr. André Ubaldino. Nasceu ali a vontade de fazer igual. Quando me formei, fiz logo o concurso e tive a ventura de ser aprovado em 1992.

O que te levou para a área do Direito Eleitoral?

Em 1993, quando me transferi para Candeias, encontrei um município em que as eleições eram marcadas pela compra de votos descaradamente. Tive um caso em que o filho do candidato comprou voto com nota promissória e outro que deu uma CNH falsa ao eleitor. Além de me dedicar a apurar os ilícitos da eleição que acabara de ser realizada, coloquei como meta que as próximas eleições fossem completamente diferentes. Começou aí o estudo aprofundado da legislação eleitoral, pois eu sabia que o desafio era enorme. Além disso, me aproximei muito da sociedade local, para entender as razões pelas quais candidatos e eleitores se comportavam daquela forma e como eu poderia reverter aquela situação. Nunca mais parei.

Qual é a importância do trabalho conjunto entre Ministério Público e a Justiça Eleitoral na preservação da integridade do processo eleitoral e da democracia?

Lá em Candeias eu vivi esta experiência de eleições com ampla participação social e me convenci de que é o único modelo que garante de fato a lisura do pleito e a legitimidade dos resultados. MPE e JE têm o mesmo propósito, que é proteger a democracia e a participação informada e consciente dos eleitores, o que impõe que Promotores e Juízes trabalhem em sintonia, respeitando as atribuições de cada um.

Quais foram os momentos mais marcantes ou desafiadores ao longo de seus vinte anos coordenando a área eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais?

As eleições municipais, para o Ministério Público Estadual, são o maior desafio, pois os Promotores Eleitorais têm todas as atribuições do processo eleitoral, desde o registro, passando pela propaganda e por ações eleitorais que podem cassar diplomas e impor inelegibilidades. Mas as eleições de 2020, no auge da pandemia de COVID-19, talvez tenham representado um desafio totalmente diferente, em que tivemos que nos adaptar às campanhas virtuais e ao próprio trabalho remoto.

Enquanto presidente do Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais (GNACE), como você lidou com as questões eleitorais em nível nacional? Quais foram os principais temas discutidos e abordados pelo grupo durante o seu mandato?

Fui idealizador, juntamente com o Colega Rodrigo Zílio, Coordenador Eleitoral do MPRS, da criação do GNACE, que é o Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais, com a intenção de levar todos os MP estaduais a terem seus coordenadores, pois na ocasião eu já viajava o país fazendo palestras e ministrando cursos e muitos MPs não tinham estrutura para auxiliar os Promotores Eleitorais. Queríamos, também, que a unidade da atuação que já era realidade em MG fosse pensada nacionalmente. Esses dois objetivos foram alcançados muito rapidamente e o GNACE é hoje um espaço de discussão teórica e prática da atuação dos Promotores Eleitorais, em que as boas práticas e as melhores experiências são compartilhadas e logo adotadas por todos. O enfrentamento à fraude à cota de gênero é o maior exemplo de unidade nacional do MPE.

Como você vê a evolução do Direito Eleitoral no Brasil durante as últimas décadas? Existem aspectos que merecem mais atenção ou aprimoramento?

Quando comecei, eram poucos os doutrinadores na matéria e a jurisprudência muito tímida. Hoje, o debate é rico e há muitas fontes para consulta e aprimoramento. O Direito Eleitoral ocupou um espaço importante no debate nacional e há uma doutrina bastante evoluída. Mas o desafio é constante, pois a forma de se fazer campanha eleitoral muda a cada eleição, exigindo atualização constante da Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral para organizar e fiscalizar as eleições. A inteligência artificial é o desafio do momento.

Qual legado você gostaria de deixar para os colegas que continuam atuando no Ministério Público e quais conselhos você daria para jovens Promotores(as) que desejam seguir uma carreira semelhante à sua?

Me sinto realizado depois de tanto tempo na coordenação eleitoral do MPMG, pois o

ambiente entre os Promotores Eleitorais é de cooperação mútua, todos se ajudam o tempo todo e há muito comprometimento com a unidade institucional. Penso que todos aqueles que trabalham por ideal e se dedicam à elevada missão do MP constroem uma carreira digna de aplausos e retornam pra casa todos os dias com a consciência do dever cumprido. E é isso que a sociedade espera de nós!

Eu sou só gratidão por tudo que o MPMG representa na minha vida!

**AMMP HOMENAGEIA SEUS (AS) ASSOCIADOS (AS)
APOSENTADOS(AS) QUE AJUDARAM A CONTAR A
HISTÓRIA DO MPMG**

JANEIRO E FEVEREIRO 2024

Carlos Eduardo Mafra Cavalcanti

Edson de Resende Castro

Glayson Pereira da Fonseca

Marta Alves Larcher



Brumadinho: 5 anos em busca de reparação



Escrevo este texto em 25 de janeiro de 2024. É feriado municipal em Brumadinho. Adianto às leitoras e aos leitores de que não trago, aqui, qualquer discussão sobre doutrina, jurisprudência ou teses jurídicas. Gostaria de tratar sobre vivências.

A enorme tragédia humana e ambiental vivenciada pelos moradores de Brumadinho e região, há exatos 5 anos, provocou e continua a provocar inúmeras perplexidades em todos aqueles que têm contato com o território, bem como com as pessoas que tiveram que lidar, direta ou indiretamente, com as consequências do rompimento das barragens de rejeitos de mineração. De longe, é possível imaginar o que se passou. De perto, é possível sentir, e sentir muito forte.

Não há profissional que esteja pronto e preparado para lidar com os impactos humanos e ambientais

de uma tragédia como essa. Os grandes desafios impõem a busca constante por novos aprendizados e novas formas de se trabalhar. Não é possível referir-se somente ao fato, aos danos e ao nexo de causalidade entre um e outro. Estamos tratando, verdadeiramente, de uma transformação involuntária de todo um modo de viver e da própria maneira como uma população se reconhece. Não há caminho de volta. A reparação integral remanesce distante de ser alcançada, apesar do imperativo de persegui-la.

A reparação possível - esta sim - é um caminho que será percorrido incessantemente por muito tempo. E ações de reparação ainda causam ou são suscetíveis de causar novos e imprevisíveis danos. Novas projeções de futuros são forçadamente feitas e refeitas como resultado da frustração de legítimos projetos de vida concebidos antes do rompimento das barragens. De fato, também se romperam vínculos com um modo de viver que nunca mais será restabelecido. E precisamos seguir em frente.

Mas como?

Para além das medidas jurídicas adotadas pelos órgãos públicos competentes relativas à responsabilização criminal e à reparação cível, as indagações que ainda pairam sobre os territórios e pessoas atingidas relacionam-se muito com os desfechos dessas iniciativas e o modo como impactarão ou deixarão de impactar as suas vidas. Sabemos que as perspectivas temporais em relação aos resultados não são necessariamente previsíveis, mas a adoção das medidas cabíveis, por si só, já pode ser considerada um início de alento. Um começo para um recomeço.

Todo dia 25 de cada mês, desde a tragédia, os familiares das vítimas se reúnem para honrar a memória dos que se foram, clamar por justiça e não repetição e se solidarizar com a imensa dor de cada um. É um movimento, ao mesmo tempo, muito reflexivo e muito

marcante. Se houver algum conforto que se possa extrair da dor, talvez seja o momento em que ela é compartilhada com quem sofre igual.

Em homenagem à memória e à história das vítimas, foi construído, a pedido dos familiares, um belo Memorial em Córrego do Feijão. É um monumento arquitetônico que busca traduzir, com arte e simbolismo, as causas e as consequências da tragédia. O Memorial de Brumadinho, assim denominado e por ora ainda não aberto à visitação pública, apresentará à sociedade uma narrativa expográfica construída com muito profissionalismo e cuidado, com verdade e fidelidade aos fatos.

A lembrança desse passado tão próximo e tão dolorido atravessa os moradores de Brumadinho de variadas formas. Há quem tenha inclusive se mudado para a cidade justamente em razão dos fatos que os moradores locais tentam superar. É um território em reconstrução e com população em expansão. Assim, aliada ao desafio da superação do trauma está a necessidade de se adaptar a um ambiente em constante transformação. Peço licença para trazer um pouco mais de subjetividade e confesso que me vejo em reflexão permanente quanto ao formato de atuação ministerial adequado para incidir, no exercício regular das atribuições, sobre uma realidade tão complexa. Se a percepção do tempo de um cidadão que sofre individualmente já é muito diferente daquela dos profissionais que em tese podem auxiliá-lo, imagine-se quando se trata de um município inteiro, como é o caso de Brumadinho. Comumente essa reflexão se densifica em possíveis soluções quando a demanda se apresenta de plano. Mas, muitas vezes, o que se percebe é apenas o reflexo mais dramático de uma demanda que sequer está clara para quem sofre. É que ainda há muitas perguntas dos moradores a serem respondidas.

A visão em retrospectiva é necessária para se encontrar a perspectiva da esperança. As iniciativas mais exitosas que se veem em Brumadinho, sejam relacionadas às ações formais de reparação adotadas pelos órgãos públicos, sejam aquelas realizadas pelas comunidades ou pelas famílias, são executadas em conjunto, com união de esforços, em parcerias circunstanciais e providenciais. O caminho até o consenso, ainda que difícil e trabalhoso, é muitas vezes o percurso necessário e indispensável para alguma solução ou algum alívio.

Nesse contexto tão singular, desincumbir-nos, isoladamente, de um dever ou de um fazer que nos cabe é pouco, muito pouco. E para fazermos juntos, é preciso que estejamos e sejamos inteiros, em dedicação e em compromisso. O poeta amazonense Thiago de Mello nos traz essa lição em versos:

**“Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro”.**

Sigamos inteiros em busca da máxima reparação possível.

- Ludmila Costa Reis, Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brumadinho. Bacharela, Mestra e Doutora em Direito pela UFMG. Especialista em Administração Pública pela PUC-Minas. Foi pesquisadora visitante na Universidade de Syracuse-NY. Diretora Pedagógica da FESMP.

**O texto acima não necessariamente reflete a opinião da AMMP*

AMMP disponibiliza Relatório de Gestão do biênio 2022/2024



Como última ação de 2023, no dia 29 de dezembro, a Diretoria da AMMP disponibilizou aos(as) Associados(as) o Relatório de Gestão do biênio 2022/2024. O documento está disponível no site da AMMP, www.ammp.org.br e pode ser acessado por meio do QR Code abaixo:



"Nesses dois anos, a AMMP se empenhou para fortalecer os laços institucionais, a participação direta nas articulações e diálogos na capital federal, o que foi fundamental para propor melhorias no trabalho institucional e, sobretudo, para fortalecer o Ministério Público em suas missões essenciais."

- Diretoria

AMMP estreia canal de podcast no Spotify com episódio sobre "Direito das Vítimas"

O podcast AMMP Atualidades retorna este ano com a Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro Estadual de Apoio às Vítimas do MPMG, Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini, que aborda a temática dos Direitos das Vítimas, com foco na fixação de valor mínimo para reparação por danos morais, segundo a evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

POCAST

Atualidades

Tema: A fixação de valor mínimo para reparação por danos morais segundo a evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Acesse o site: ammp.org.br/podcast ou procure no Spotify "AMMP Atualidades"



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini
 Promotora de Justiça
 Coordenadora do Centro Estadual de Apoio às Vítimas do MPMG "Casa Lilian"

O episódio está disponível para download no site www.ammp.org.br/podcast e, agora, também no Spotify oficial da AMMP. Confira no QR Code abaixo:





ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Classificados AMMP

Associado(a), confira nossa página

AMMP.ORG.BR/CLASSIFICADOS

e divulgue serviço,
venda ou aluguel no site!

ENTRE EM CONTATO PARA MAIS INFORMAÇÕES.

📞 (31) 2105-4878



IMPOSTO DE RENDA

AMMP 2024

INÍCIO

18 de Março

Para mais informações

📞 **31 2105-4878**

Associados(as) AMMP R\$ 200,00
Ganho de Capital R\$ 150,00
Agendamento na Receita Federal R\$ 140,00
Acompanhamento Malha Fina R\$ 500,00

Programação de eventos da AMMP - 2024

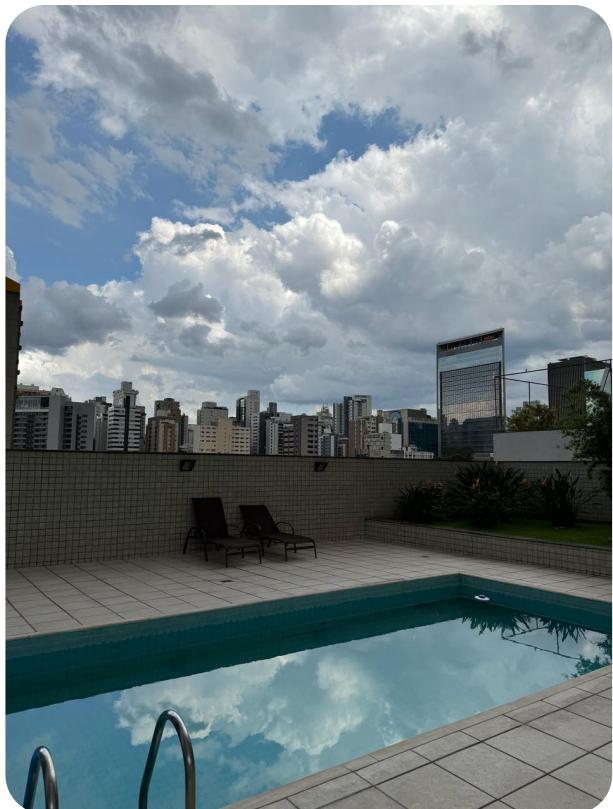
Calendário de Eventos AMMP 2024

MARÇO	ABRIL	MAIO
24- Corrida Circuito das Estações	06 - Beach Tenis 13 - Treino de Futebol 26 - Curso do Juri	04 - Treino de Futebol 09 - Jantar Harmonizado 18 e 19 - Trilha Ibitipoca 30 a 02/06 - XXI Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público e Torneio de Beach Tennis
JUNHO	JULHO	AGOSTO
06 a 09-Encontro Enogastronômico em Diamantina 21-Curso Direito Administrativo 22-Festa Junina	06-Campeonato pebolim, tênis de mesa, futebol de mesa e truco	07 a 09 - XV Congresso Estadual do Ministério Público 23 e 24 - Torneio de Sinuca 24 - Confraternização Aposentados Pensionistas 31 - Torneio de Tênis
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
20 a 22-Torneio Estadual de Futebol	26- Festa das Crianças	09- Copa Kart
DEZEMBRO		
06- Confraternização Anual AMMP 15- Corrida Volta Internacional da Pampulha		

Hospedagens oferecidas pela AMMP na capital mineira

Com foco no bem-estar, e com o objetivo de atender associados(as) do interior, a AMMP dispõe de 2 apartamentos e 6 flats em Belo Horizonte. O condomínio onde estão os flats, localizados na Rua Timbiras, oferece piscina, sauna, academia e lavanderia, e implementou, recentemente, o mercado *be honest*, o que proporciona uma conveniência adicional aos hóspedes. Veja algumas fotos:

Para reservar as unidades, ligue (31) 2105-4878 ou mande um e-mail para: turismo@ammp.org.br



Dengue no Brasil: da Prevenção à Vacinação



Dra. Núbia Loureiro
Médica Auditora da AMMP SAÚDE

A dengue é uma doença infecciosa febril aguda causada por vírus classificados como arbovírus, ou seja, transmitidos por mosquitos. No Brasil, a dengue é transmitida pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, caracterizado como um inseto de comportamento estritamente urbano, com densidade natural maior no verão, devido a estação de maior pluviosidade, com aumento de criadouros dos ovos e altas temperaturas

que aceleram o desenvolvimento do mosquito entre as fases de ovo-larva-adulto.

Os estudos demonstram que a melhor oportunidade para enfrentar o *A. aegypti* é na fase aquática, em especial com a remoção/vedação dos locais onde a fêmea põe seus ovos. Nesse sentido, a forma mais eficaz de combater o vetor seria a conscientização e o monitoramento constante de focos por parte de toda a população.

Apesar de o *A. aegypti* já ter sido erradicado no Brasil, hoje em dia, considera-se que sua eliminação é praticamente impossível, sobretudo, devido ao crescimento da população, ocupação desordenada do ambiente e à falta de infraestrutura dos grandes centros urbanos. Portanto, o máximo controle da presença do mosquito é posto como uma medida necessária e imprescindível para diminuir a intensidade de surtos epidêmicos.

A doença no Brasil apresenta ciclos endêmicos e epidêmicos, com epidemias explosivas ocorrendo a cada 4 ou 5 anos. Desde a introdução do vírus no país, em 1981, mais de sete milhões de casos já foram notificados. Nos últimos dez anos, têm-se observado ainda o aumento da gravidade da doença e, consequentemente, das hospitalizações.

A Dengue pode ser assintomática ou evoluir para quadros mais graves, como hemorragia e choque. Na chamada dengue clássica, que deve ser notificada, a primeira manifestação é febre alta (39° a 40°C) e de início abrupto, usualmente seguida de dor de cabeça ou nos olhos, cansaço ou dores musculares e ósseas, falta de apetite, náuseas, tonteiras, vômitos e erupções na pele. A doença tem duração de cinco a sete dias, no máximo 10 dias, mas o período de convalescência pode ser acompanhado de grande debilidade física e prolongar-se por semanas.

Com relação à imunidade ao vírus, alguns estudos apontam que, quando uma pessoa é infectada por um dos quatro sorotipos existentes do vírus (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4), torna-se imune a todos os tipos durante alguns meses e, posteriormente, mantém-se imune pelo resto da vida ao tipo pelo qual foi infectado. Caso volte a ter dengue, dessa vez seria um dos outros três tipos do vírus que ainda não teria contraído. Não há medicamentos específicos para tratamento do vírus da dengue, sendo indicados analgésicos, antitérmicos e hidratação oral expressiva. Não devem ser usados

medicamentos com ou derivados do ácido acetilsalicílico (AAS) e anti-inflamatórios, por aumentar o risco de hemorragias.

A prevenção da doença pode ser feita de duas formas. Uma pela redução ou controle de infestação pelo mosquito com a conscientização da população e a outra pela utilização de uma vacina eficaz.

O Brasil é pioneiro no protocolo de vacinação oferecido à população público-privada contra a Dengue, com a incorporação da QDenga® no calendário vacinal do Ministério da Saúde. A vacina é tetravalente atenuada contra os quatro sorotipos da dengue (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4), produzida a partir de tecnologia de DNA recombinante. Dessa maneira, ela induz uma resposta semelhante àquela produzida pela infecção natural, mas sem causar a doença. A vacina é indicada para indivíduos imunocompetentes dos 4 aos 60 anos de idade e contraindicada para pessoas com hipersensibilidade; imunodeficiências primárias ou adquiridas; que estejam em terapias imunossupressoras; portadores do vírus HIV, gestantes e lactentes.

(Com informações da Fiocruz e do Ministério da Saúde)

AMMP-Saúde incorpora vacina contra dengue a Associados(as) de 4 a 60 anos

A AMMP-Saúde incorporou em seu rol de cobertura a vacina contra a dengue (QDENGA) para a faixa etária de 4 a 60 anos, de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde, através de reembolso integral.

Além da observância à faixa etária, para a instrução do requerimento de reembolso integral é necessária a apresentação de pedido médico. Ele pode ser realizado pelos canais oficiais da AMMP-Saúde, via aplicativo ou pelo e-mail reembolso@ammpsaude.org.br. Para mais informações, entre em contato pelo (31) 2532-6400.

NOVOS CONVENIADOS

NOME: ANGIOVASC CLÍNICA MÉDICA LTDA EPP

Endereço: Rua da Paisagem, 240 sala 304

Bairro: Vila da Serra - Nova Lima

Telefone: (31)3262-1862

Especialidade: Cirurgia Vascular

NOME: CARDIOIMAGEM IMAGEM EM MEDICINA INTERNA

Endereço: Rua Zoroastro Passos, 170 sala 501

Bairro: Centro - Sete Lagoas

Telefone: (31)3775-0945

Especialidade: Cardiologia

NOME: CENTRO MÉDICO RIO BRANCO

Endereço: Avenida Barão do Rio Branco, 1034

Bairro: Centro - Juiz de Fora

Telefone: (32)3228-9999

Especialidade: Angiologia; Anestesiologia; Alergologia; Cardiologia; Ortopedia e Traumatologia

Cirurgia de Mão; Cirurgia Plástica; Coloproctologia; Dermatologia; Endocrinologia; Ginecologia

Neurologia; Nefrologia; Neurocirurgia; Oftalmologia; Cirurgia do Aparelho Digestivo

NOME: CLÍNICA INTERDISCIPLINAR ENVOLVER LTDA

Endereço: Avenida Rossana Murta, 121 S

Bairro: Santa Clara - Vespasiano

Telefone: (31)3607-4236

Especialidade: Fisioterapia; Fonoaudiologia; Nutricionista; Psicologia; Terapia Ocupacional

NOME: IAG INSTITUTO DE ANGIOLOGIA E GASTROENTEROLOGIA

Endereço: Alameda Paulina Margonari, 49 4º Andar

Bairro: Jardim Karaiba - Uberlândia

Telefone: (32)3253-1225

Especialidade: Clínica Médica; Gastroenterologia; Cirurgia Geral; Cirurgia do Aparelho Digestivo

Angiologia; Cirurgia Vascular; Proctologia; Infectologia; Cirurgia Pediátrica

NOME: INTEGRALE CENTRO DE SAÚDE LTDA

Endereço: Rua Barão de Santa Helena, 101

Bairro: Grambery - Juiz de Fora

Telefone: (32)3937-2323

Especialidade: Fisioterapia; Psicologia; Nutricionista; Fonoaudiologia

NOME: KUMMER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Endereço: Rua Cândido Azeredo, 41 A

Bairro: Centro - Sete Lagoas

Telefone: (31)3177-0212

Especialidade: Ultra-Sonografia

NOME: REABILITSENSOR'S LTDA

Endereço: Rua Tito Fulgêncio, 500 Sala 03 E 11

Bairro: Batuque - Monte Carmelo

Telefone: (34)3842-0643

Especialidade: Psicologia; Terapia Ocupacional

CANCELAMENTOS DE CONVÊNIOS

Não houve cancelamento no período.

